

A voz que não se escuta: a fala negada de pessoas com síndrome de Down no jornalismo¹

Felipe COLLAR BERNI²

Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra, MT

RESUMO

Como as falas de pessoas com síndrome de Down (SD) são mobilizadas em conteúdos jornalísticos? Essa pergunta contribui para alargar e complexificar nossa problemática de pesquisa – quando interessados em investigar a *cidadania comunicativa* desses sujeitos – revestido com uma nova lente: a da representação midiática. Para tal, faz bem recuperarmos alguns pressupostos que nos ajudam a posicionar o jornalismo como elemento mediador da cidadania comunicativa. “Ser humano é comunicar-se. É uma dimensão intrínseca de seu ser. Todos os demais direitos, poder-se-ia dizer, têm como origem essa dimensão comunicativa do ser humano” (GUARESCHI, 2013, p. 176), logo, reportamos a necessidade social da informação e o Jornalismo como instituição capaz e confiada de fazer com que os acontecimentos tomem contornos na mente das pessoas; ou seja, como própria construção social da realidade. Assim, observamos a mídia como espaço de visibilidade que, por meio de exposição e ocultamento, coloca em circulação modos de ler, ver e ser no mundo através de culturas, valores, filosofias etc. Desta forma, quando tensionamos as pessoas com deficiência (PCD) como *sujeitos(as) comunicantes*³, temos a oportunidade de compreender como a mídia, a partir de suas processualidades, interpela a construção, retificação e/ou rechaço de estigmas e preconceitos e, conseqüentemente, o exercício da sua cidadania. Aqui, torna-se oportuno explicitar o emprego, em nossa reflexão, da expressão *pessoa com deficiência*. Ao utilizar a nomenclatura *pessoas com deficiência*, a sociedade o faz projetando em comparação aquilo que socialmente se constituiu como a representação do *corpo sem deficiência* (DINIZ, 2007; MARCO, 2020). Por conta da alteração cromossômica, os sujeitos(as)

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 8 a 10 de junho de 2022.

² Professor do Curso de Jornalismo da UNEMAT. Doutorando em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com bolsa CAPES. E-mail: felipecollar@gmail.com

³ Aqueles(as), referidos por Maldonado (2013, p. 90), que se inter-relacionam como os meios de “maneira fluída, caótica, estruturada, condicionada, livre, pactuada, enquadrada e subversora”. Sujeitos entendidos por outras perspectivas que não aquelas mobilizadas para enquadrar nas demandas funcionalistas, positivistas e tecnicistas.

diagnosticados com a *trissomia do cromossomo 21*⁴, majoritariamente, apresentam características físicas que se distinguem do “corpo normal”: olhos puxados, rebaixamento do osso do nariz entre os olhos, dobra nas orelhas, pescoço baixo e pés e mãos pequenas. “Só existe uma pessoa com deficiência porque se criou o que é não ter deficiência” (MARCO, 2020, p. 27). Daí a necessidade de se opor a anormalidade, mas sem negar as demandas e especificidades daquele grupo. Por isso, é oportuno contextualizar que o uso da expressão *pessoa com deficiência*, aqui empregada, se faz de maneira ressignificada em consonância com movimentos que lutam por direitos, pois o atual modelo de sociedade está longe de experimentar uma convivência social na qual, de forma indistinta, todos são tratados e respeitados como cidadãos. Pois bem, nosso exercício buscou encontrar indícios que nos ajudam a tensionar a *cidadania comunicativa down* a partir de textos jornalísticos aportados na web. Ao todo, foram selecionadas peças jornalísticas dos portais *El País*, *VEJA*, *UOL* e *G1* que de forma direta retratam pessoas com síndrome de Down. O processo de seleção buscou escolher três conteúdos a partir da palavra-chave “síndrome de down” nos campos de busca dentro de cada site. Para efeito de construção textual da reflexão que apresentamos, oportunizou-se trabalhar com as três reportagens publicadas pelo *El País*⁵: “Com risco 10 vezes maior de morrer, brasileiros com síndrome de Down cobram vacinação imediata” (BETIM, 2021), datado de 20 de abr. de 2021; “Maju de Araújo, modelo internacional com Síndrome de Down, abre as portas ao mundo real” (ROSSI, 2021), de 1º de nov. de 2021; e “Um atleta com síndrome de Down completa pela primeira vez o Ironman” (REUTERS, 2021), publicado em 13 de nov. 2021 em parceria com a Reuters⁶. Nesse percurso, dois elementos indiciários foram aflorados e sinalizaram necessidade de problematização: o uso de porta-vozes e a reverberação da fala *capacitista*⁷. O Jornalismo como instituição inserida e atravessada por um contexto social mais amplo, repercute as estruturas de opressão, silenciamento e descarte do corpo deficiente. Por isso, para nós, interessa tensionar a deficiência no campo da comunicação pelo modelo biopsicossocial, deixando em outro patamar o modelo estritamente médico, compreendendo que “a deficiência não se configura como um atributo do indivíduo, mas

⁴ Nome científico para a síndrome.

⁵ Jornal online que encerrou suas atividades no Brasil em dezembro de 2021.

⁶ Por conta da configuração do resumo, oportunizou-se explicitar os casos particulares desde as reportagens no momento de exposição e debate no Congresso.

⁷ Capacitismo é o preconceito social contra pessoas com deficiência. O pensamento que dá sustentação a essa discriminação reporta a uma convenção de que pessoas com deficiência são inferiores às pessoas sem deficiência, pelo fato de não corresponderem a uma concepção corporal, produtivista e comportamental tida como padrão.

antes como resultado de uma complexa interação entre o sujeito e o contexto no qual está inserido” (FARIA, 2020, p. 120). Nesse processo de exclusão social, a voz de PCD é silenciada, terceirizada e/ou objeto de tutela, ou seja, posicionam esses sujeitos(as) como incapazes de terem voz, opinião e desejos. Daí a necessidade de entrelaçar nossa processualidade científica, pensamento social e fazeres jornalísticos atrelados às epistemologias do Sul (SANTOS, 2020), de assumir a palavra dos sujeitos com deficiência como conhecimento válido, legítimo e sem a necessidade de confirmação por terceiros. Questão esta que fica evidente quando observamos as formas pelas quais pessoas com síndrome de Down são retratadas em produtos do jornalismo. A substituição das vozes down por de porta-vozes já é um problema em si próprio. Nos casos analisados, outro agravante amplia a problemática: o *capacitismo*. Os próprios porta-vozes das pessoas com deficiência, assim como os jornalistas, repercutem pensamentos e falas *capacitistas* que estigmatizam, excluem e segregam esses sujeitos(as). O *capacitismo* posiciona a deficiência como algo negativo, ou seja, se nutre da opressão e do preconceito para diminuir e descartar o corpo deficiente. Ocorre a construção de uma premissa da capacidade, a partir da comparação e submissão das performances corporais de pessoas com deficiência em razão das pessoas sem deficiência. Marco (2020) aponta para o sistema capitalista que se codifica a partir das desigualdades de diferentes naturezas, sendo, dessa forma, fonte de propulsão da perspectiva *capacitista*, visto que instaura a lei do mais eficiente para “domar e inviabilizar” (2020, p. 18) corpos outros que operam com diferentes ritmos, nuances e temporalidades. Temos, portanto, que o *capacitismo* “nega a pluralidade de gestos e não gestos, sufoca o desejo, mata a vontade e retira, assim, a autonomia dos sujeitos que são lidos como *deficientes*” (MARCO, 2020, p. 18, destaque no original). O jornalismo é *capacitista* quando minimiza ou até mesmo descarta a voz das PCD: quando abre espaços para outros contarem histórias que tem as pessoas com deficiência como protagonista; quando utiliza expressões estigmatizadas, sensacionalistas e infantis que subestima ou superestima esses sujeitos; e, também, nos momentos que enquadra a inclusão pela lente da meritocracia e não como um projeto social. Entrelaçando com essa perspectiva, temos duas outras lentes que são mobilizadas para pensar as PCD: aquela que evoca sentimentos de dó, compaixão e infantilização; e aquela pelo viés do herói, a partir de uma leitura meritocrática que visualiza toda e qualquer ação de uma pessoa com deficiência como algo surpreendente e de superação – a exemplo dos discursos com os atletas paralímpicos: “Já é um vencedor” por

simplesmente estar correndo uma prova de 100m com uma perna amputada, mesmo sendo o trabalho do sujeito que treina para fazer justamente aquilo. Portanto, observa-se o *capacitismo* como uma estrutura social de opressão que também se manifesta nas peças jornalísticas. Observa-se essa dinâmica a partir da relação entre visibilidade e reconhecimento, sendo o primeiro elemento constituinte da condição de se reconhecer. Dito de outro maneira: ao não possuírem visibilidade por outra representação que não a do viés *capacitista*, temos, por consequência, um não-reconhecimento plural das PCD, visto que ainda são invisibilizados como sujeitos em sua essência. Ao reportarmos a aderência que a mídia possui no processo de significação e de construção valorativas e de identidade, vislumbramos uma contribuição significativa para o processo de inclusão e visibilidade das pautas e demandas das pessoas com deficiência, porém, ao mesmo tempo, apontamos para a demanda de uma responsabilidade em não reproduzir estereótipos, perpetuando estigmas já muitas vezes enraizados socialmente. “Integração é chamar para a festa e inclusão é chamar para dançar”, assumindo a provocação de Marco (2020, p. 25) para o fazer jornalístico, nos deparamos justamente nessa encruzilhada: a inclusão não ocorre na vinculação de uma reportagem no telejornal ou de uma entrevista que narra a vida de uma PCD. Para além disso, a inclusão é fruto de um tato qualificado, preocupado em garantir a expressão, a identidade, a autonomia, ou seja, a própria cidadania comunicativa desses sujeitos(as). Fato este que não ocorre quando outros falam por você ou quando se utilizam de vocabulários, pensamentos e silenciamentos para inviabilizar e negligenciar a pessoa com deficiência como cidadãos comunicantes.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Síndrome de Down; Cidadania Comunicativa; Pessoa com deficiência.

REFERÊNCIAS

BETIM, Felipe. Com risco 10 vezes maior de morrer, brasileiros com síndrome de Down cobram vacinação imediata. **El País Brasil**. São Paulo, 20 abr. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-20/com-risco-10-vezes-maior-de-morrer-brasileiros-com-sindrome-de-down-cobram-vacinacao-imediate.html>. Acesso em: 25 fev. 2022.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

FARIA, Marina Dias de. As teias que a Síndrome de Down não tece: identidade, estigma e exclusão social. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], n. 122, p. 119–143, 2020.

GUARESCHI, Pedrinho. **O direito humano à comunicação:** pela democratização da mídia. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARCO, Victor Di. **Capacitismo**: o mito da capacidade. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

MALDONADO, Alberto Efendy. Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizatória. In: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do (Orgs.). **Processualidades metodológicas**: configurações transformadoras em comunicação. Florianópolis: Insular, 2013, p. 87-103.

REUTERS. Um atleta com síndrome de Down completa pela primeira vez o Ironman. **El País Brasil**. [S.I.], 13 nov. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/esportes/2020-11-13/um-atleta-com-sindrome-de-down-completa-pela-primeira-vez-o-ironman.html>. Acesso em: 25 fev. 2022.

ROSSI, Marina. Maju de Araújo, modelo internacional com Síndrome de Down, abre as portas ao mundo real. **El País Brasil**. Rio de Janeiro, 1 nov. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2021-11-01/maju-de-araujo-modelo-internacional-com-sindrome-de-down-abre-as-portas-ao-mundo-real.html>. Acesso em: 25 fev. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.